

CAMPO LARGO PATRIMONIAL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes

Quadro I - Balanço patrimonial

Quadro II - Demonstração do resultado

Quadro III - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro IV - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Administradores da
CAMPO LARGO PATRIMONIAL LTDA.
Salvador - Bahia**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CAMPO LARGO PATRIMONIAL LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos relacionados nos parágrafos “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAMPO LARGO PATRIMONIAL LTDA.**, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalvas

Parcelamentos tributários

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 06, a Empresa possui saldo decorrente de parcelamento tributário instituído pela Lei nº 11.941/2009, relacionado à débitos de ITR – Imposto Territorial Rural dos exercícios de 2003 e 2004, no montante de R\$ 2.134.476. Ressaltamos que não foi contabilizada a atualização monetária sobre os referidos débitos, no montante de R\$ 1.380.973. Consequentemente, o passivo e o prejuízo do exercício estão apresentados a “menor” e o patrimônio líquido a “maior” em igual valor.

Contingências

A Empresa possui demandas judiciais relacionadas a débitos de ITR – Imposto Territorial Rural dos exercícios de 2007 a 2011, alvo de auto de infração, para os quais a Empresa vem apresentando defesas e recursos judiciais cabíveis. Os assessores jurídicos estimam que o valor da perda provável do processo é de R\$ 581.175. Ressaltamos que não foi constituída a provisão para fazer face à possível contingência. Consequentemente, o passivo não circulante está demonstrado a “menor” e o patrimônio líquido a maior em igual valor.



Receitas

A Empresa não reconheceu, no exercício de 2105, o valor de R\$ 890.032, referente a receitas de arrendamentos de terrenos. O mencionado valor foi classificado, indevidamente, no grupo de adiantamentos de clientes. Como consequência, o passivo não circulante e o prejuízo do exercício estão apresentados a “maior”, e o patrimônio líquido a “menor” em igual valor.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por auditores independentes.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria ao planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela Administração, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Salvador, 16 de novembro de 2018.



AUDICONT AUDITORES E CONSULTORES

CRC/BA – N° 0568

ALEXANDRE LOMANTO MAIMONE NETO
CONTADOR – CRC/BA N° 17.549

QUADRO I

CAMPO LARGO PATRIMONIAL LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais, excluídos os centavos)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	2015	2014		Nota	2015	2014
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa		73.074	419.026	Fornecedores		70.000	70.000
Tributos a recuperar		325	-	Obrigações tributárias		106.654	88.271
Adiantamentos a fornecedores		1.400	1.400	Parcelamentos tributários	06	241.639	241.639
Total do circulante		74.799	420.426	Total do circulante		418.293	399.910
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>			
Realizável a longo prazo				Operações com partes relacionadas	04	1.492.464	1.421.424
Operações com partes relacionadas	04	10.088.500	45.000	Adiantamentos de clientes	07	11.390.032	-
				Parcelamentos tributários	06	1.892.837	2.134.476
		10.088.500	45.000			14.775.333	3.555.900
				<u>Patrimônio líquido</u>			
Imobilizado	05	13.810.000	13.810.000	Capital social	08	12.020.001	12.020.001
				Prejuízos acumulados		(3.240.328)	(1.700.385)
Total do não circulante		23.898.500	13.855.000	Total do patrimônio líquido		8.779.673	10.319.616
TOTAL DO ATIVO		23.973.299	14.275.426	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		23.973.299	14.275.426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO II

CAMPO LARGO PATRIMONIAL LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais, excluídos os centavos)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita operacional bruta			
De arrendamentos de terrenos		-	682.708
		<u>-</u>	<u>682.708</u>
Deduções sobre receitas		(25)	(88.271)
Receita operacional líquida		<u>(25)</u>	<u>594.437</u>
(Despesas) receitas operacionais:			
Gerais e administrativas	09	(1.351.016)	(561.400)
Tributárias		(52.165)	(107.762)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		1.448	193
Despesas financeiras		(138.185)	(396)
Total das (despesas) receitas operacionais		<u>(1.539.918)</u>	<u>(669.365)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(1.539.943)</u>	<u>(74.928)</u>
Prejuízo por cota do capital social no final do exercício		<u>R\$ (0,13)</u>	<u>R\$ (0,01)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO III**CAMPO LARGO PATRIMONIAL LTDA.****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014****(Em reais, excluídos os centavos)**

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		12.010.001	-	12.010.001
Reorganização societária - Incorporação	01	10.000	(1.625.457)	(1.615.457)
Prejuízo do exercício			(74.928)	(74.928)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		12.020.001	(1.700.385)	10.319.616
Prejuízo do exercício			(1.539.943)	(1.539.943)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		12.020.001	(3.240.328)	8.779.673

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO IV

CAMPO LARGO PATRIMONIAL LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais, excluídos os centavos)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Prejuízo do exercício		(1.539.943)	(74.928)
Variações nos ativos - (aumento) redução			
Tributos a recuperar		(325)	-
		<u>(325)</u>	<u>-</u>
Variações nos passivos - aumento (redução)			
Fornecedores		-	70.000
Obrigações tributárias		18.383	88.271
Adiantamentos de clientes		11.390.032	-
		<u>11.408.415</u>	<u>158.271</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>9.868.147</u>	<u>83.343</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</u>			
Empréstimos a empresas ligadas, líquidos dos pagamentos		(9.972.460)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(9.972.460)</u>	<u>-</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</u>			
Empréstimos de empresas ligadas, líquidos dos pagamentos		-	335.682
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		<u>-</u>	<u>335.682</u>
(Redução) Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		<u>(104.313)</u>	<u>419.025</u>
<u>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa</u>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		419.026	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		73.074	419.026
		<u>(345.952)</u>	<u>419.025</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAMPO LARGO PATRIMONIAL LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014** **(Em reais, excluídos os centavos)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Campo Largo Patrimonial Ltda. ou “Empresa”, com sede em Salvador, é uma sociedade limitada de direito privado, com fins lucrativos e econômicos, fundada em 06 de setembro de 2012. A Empresa tem como objetivo social: (i) compra e venda de imóveis próprios; (ii) aluguel de imóveis próprios; (iii) loteamento de imóveis próprios (iv) gestão e administração da propriedade imobiliária.

Em 17 de fevereiro de 2014, foi protocolada a incorporação da Biobrax Agrícola Ltda., tendo por base o balanço patrimonial em 31 de janeiro de 2014 e laudo de avaliação emitido por peritos independentes. A incorporação ocorreu da seguinte forma:

Incorporação do patrimônio líquido em R\$ 392.574 resultante da comparação de Ativos e Passivos. Foram efetuados ajustes nos saldos incorporados referentes ao exercício de 2014:

	2014	Ajustes	2014 Reelaborado
<i>Ativo circulante</i>			
Adiantamentos a fornecedores	1.400	-	1.400
<i>Ativo não circulante</i>			
Imobilizado	1.800.000	-	1.800.000
Total geral dos Ativos	1.801.400	-	1.801.400
<i>Passivo circulante</i>			
Parcelamentos tributários	715.832	1.660.283	2.376.115
<i>Passivo não circulante</i>			
Empréstimos de empresas ligadas	692.994	347.748	1.040.742
Total geral dos Passivos	1.408.826	2.008.031	3.416.857
Patrimônio líquido	392.574	(2.008.031)	(1.625.457)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como com os Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

2.2. - Descrição das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

a) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras está de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos regulamentadores e requer que a Administração utilize de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor recuperável de ativos, provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo e sua determinação.

b) Apuração do resultado

O resultado do exercício (receitas, custos e despesas), apurado pelo regime de competência, inclui o efeito líquido dos rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices contratuais ou legais, incidentes sobre ativos e passivos, bem como, quando aplicáveis, os efeitos de ajustes de ativos para valores de realização.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

d) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear durante a vida útil estimada.

e) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano, caso o pagamento devido após o exercício subsequente são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

f) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo arrendamento de propriedade no curso normal das atividades da Empresa. A receita bruta é apresentada deduzida dos tributos, abatimentos e os respectivos descontos. Os tributos incidentes sobre as receitas estão apresentados deduzidos dos respectivos créditos tributários. A Empresa reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão.

- **Receita de aluguel de propriedade para investimentos**

A receita de aluguel de propriedade para investimentos é reconhecida no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento.

- **Receitas financeiras**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

g) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros derivativos são aqueles que oscilam em função de mudanças nas taxas de câmbio, juros, valores mobiliários, índices, dentre outros fatores, como operações de hedge, operações de opções ou compra e venda de moedas estrangeiras a termo. A Empresa não possui instrumentos financeiros derivativos.

h) Moeda estrangeira

- **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, excluídos os centavos, que é a moeda funcional da Empresa, e também, sua moeda de apresentação.

i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os encargos apurados em base *pró-rata* dia e as variações monetárias incorridas.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são reconhecidas no Resultado do Exercício. A Empresa não efetuou revisão do valor recuperável dos ativos não financeiros.

3. GESTÃO DE RISCOS

a) Gestão do risco de capital

A Administração da Empresa administra seu capital, para assegurar que suas operações possam continuar com suas atividades normais.

Historicamente, a Empresa tem financiado suas operações com capital próprio, e possuía baixo endividamento com terceiros, não vinculados à Empresa.

b) Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Empresa, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Empresa. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras e também, dessa nota explicativa.

▪ Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Empresa, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa.

A Empresa não opera nem negocia instrumentos financeiros, tampouco instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

Os principais riscos de mercado a que a Empresa está exposta na condução das suas atividades são:

c) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Empresa a incorrer em perdas financeiras.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Empresa é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

4. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

▪ EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS LIGADAS

	ATIVO	
	2015	2014
Biobrax Energias Renováveis Ltda.	9.360.500	45.000
Quifel Energy Brasil Gestão Empresarial Ltda.	728.000	-
	10.088.500	45.000
	PASSIVO	
	2015	2014
Biobrax Energias Renováveis Ltda.	1.420.964	1.349.924
Quifel Energy Brasil Gestão Empresarial Ltda.	71.500	71.500
	1.492.464	1.421.424

Os empréstimos foram obtidos e concedidos através de mútuos, sem cobrança de encargos financeiros.

5. IMOBILIZADO

	Taxa de Depreciação (%) a.a.	2015			2014
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Propriedades	-	12.010.000	-	12.010.000	12.010.000
Propriedades - Incorporação	-	1.800.000	-	1.800.000	1.800.000
Total		13.810.000	-	13.810.000	13.810.000

Movimentação do ativo imobilizado em 2015 e 2014

	Propriedades	Propriedades Incorporação	Imobilizado total
Taxa anual de depreciação (em %)	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	12.010.000	-	12.010.000
Incorporação	-	1.800.000	1.800.000
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.010.000	1.800.000	13.810.000
Aquisições	-	-	-
Baixas	-	-	-
Depreciação	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.010.000	1.800.000	13.810.000

6. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

	2015	2014
Parcelamento Lei nº 11.941/09	2.134.476	2.376.115
	2.134.476	2.376.115
Passivo circulante	241.639	241.639
Passivo não circulante	1.892.837	2.134.476

Parcelamento da Lei nº 11.941/2009

O saldo é referente ao parcelamento de débitos de ITR da Biobrax Agrícola Ltda. transferidos para a Campo Largo no exercício de 2014 através do processo de incorporação da Empresa.

No exercício de 2009, a Biobrax Agrícola Ltda., protocolou junto à Secretaria da Receita Federal, termo de opção pelo Parcelamento Especial – Refis IV, instituído pela Lei nº 11.941/2009.

O Refis IV destina-se a promover a regularização de créditos com a União, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, relativos a impostos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pelo Instituto Nacional do Seguro Social, em razão de débitos vencidos até 30 de novembro de 2008, inclusive aqueles decorrentes de saldos remanescentes dos débitos consolidados no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no Parcelamento Especial – PAES, no Parcelamento Excepcional – PAEX, no parcelamento previsto no art. 38, da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 e no parcelamento previsto no art. 10, da Lei no 10.522, de 19 de julho de 2002, mesmo que tenham sido excluídos dos respectivos programas e parcelamentos, além da possibilidade de pagamento à vista dos débitos. Em 21 de novembro de 2009, os débitos foram consolidados e suas parcelas estão sendo pagas respeitando as datas de vencimento.

O saldo devedor em 31 de dezembro de 2015 e 2014 encontra-se composto da seguinte forma:

Quantidade de parcelas restantes:				
Total de parcelas consolidadas	2015	2014	2015	2014
160	106	118	2.134.476	2.376.115
Total			2.134.476	2.376.115

7. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2015	2014
CLWP Eólica Parque I Ltda.	3.460.003	-
CLWP Eólica Parque X.	2.947.275	-
CLWP Eólica Parque V Ltda.	2.210.456	-
CLWP Eólica Parque II Ltda.	500.000	-
CLWP Eólica Parque XV Ltda.	500.000	-
CLWP Eólica Parque XVI Ltda.	500.000	-
CLWP Eólica Parque XVIII Ltda.	500.000	-
Tractbel Energias Comp. Part. Ltda.	330.000	-
CLWP Brasil III Participações Ltda.	152.736	-
Outros	289.562	-
	11.390.032	-

A Empresa recebeu adiantamentos dos arrendatários das áreas onde estão sendo construídos os parques eólicos. Esses adiantamentos são atualizados pelo IPCA/IBGE e serão restituídos, a partir de janeiro de 2020, pelo período de 13 anos, dos valores mensais futuros a serem pagos.

8. CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está representado por 12.020.001 cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

9. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2015	2014
Serviços contratados	1.340.516	560.000
Outros	10.500	1.400
	1.351.016	561.400

10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Empresa possui demandas judiciais relacionados a débitos de ITR dos exercícios de 2007 a 2011, alvo de auto de infração, para os quais a Empresa vem apresentando defesas e recursos judiciais cabíveis.

Os valores estimados dos processos contidos nas informações da assessoria jurídica, cujo risco foi avaliado como provável, podem ser assim demonstrados:

Processo	Valor estimado – R\$
Tributário	
10530.724.011/2014-58	128.066
10530.724.012/2014-01	123.585
10530.724.360/2014-70	113.486
10530.726.604/2011-14	110.100
10530.726.605/2011-51	105.938
Total	581.175

Os registros contábeis e as operações da Empresa estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, consoante a legislação específica aplicável a cada espécie de tributo, durante os prazos prescricionais a eles inerentes. A Empresa não constituiu provisão para fazer face à possível contingência.

11. EVENTOS SUBSEQUENTES

(a) Transformação da sociedade empresária.

Conforme ata de reunião dos sócios realizada em 19 de fevereiro de 2018, registrada na JUCEB sob o nº 29300036374, foi aprovada a transformação da sociedade limitada em sociedade por ações de capital fechado, permanecendo a mesma estrutura e objeto social de sua antecessora, alterando-se apenas a sua natureza jurídica e, conseqüentemente, a sua denominação social para Campo Largo Patrimonial S.A. O capital social integralizado de R\$ 12.020.001 da sociedade transformada foi convertido em 12.020.001 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1 cada uma.

(b) Emissão de debêntures.

Com base nas deliberações em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2018, a Companhia efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações.

O valor total de R\$ 14.000.000, na data da emissão, refere-se a 14.000 debêntures, ao valor nominal unitário de R\$ 1.000, remuneradas com taxa de 9,75% ao ano, acrescido de variação do IPCA/IBGE e com prazo de vencimento de 120 meses a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto em 21 de setembro de 2028.

Para a garantia da operação de emissão das debêntures, foi efetuada a cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, da totalidade dos direitos creditórios da Campo Largo, oriundos dos 23 contratos de cessão de uso e outros direitos para a instalação de centrais geradoras de energia eólica.
